UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS

UNIDADE UNIVERSITÁRIA PONTA PORÃ

CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAFAEL MEDEIROS CORREIA

UM CONTRAPONTO TRILATERAL ENTRE O MÉTODO DEMOCRÁTICO DE SCHUMPETER, O PENSAMENTO DE VEBLEN E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

PONTA PORÃ – MS

2023

RAFAEL MEDEIROS CORREIA

UM CONTRAPONTO TRILATERAL ENTRE O MÉTODO DEMOCRÁTICO DE SCHUMPETER, O PENSAMENTO DE VEBLEN E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Orientador: Prof. Dr. Oz Solon Chovghi Iazdi

PONTA PORÃ – MS

2023

C849c Correia, Rafael Medeiros

Um contraponto trilateral entre o método democrático de Schumpeter, o pensamento de Veblen e o estado de bem-estar social / Rafael Medeiros Correia. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2023.
20 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2023.

Orientador: Profº Drº Oz Solon Chovghi Iazdi

1. Economia institucional 2. Democracia 3. Desigualdade 4. Bem-estar social I. Iazdi, Oz Solon Chovghi. II. Título.

CDD 23 ed. 330.1

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB Provisório n° 714 - 1ª Região.

UM CONTRAPONTO TRILATERAL ENTRE O MÉTODO DEMOCRÁTICO DE SCHUMPETER, O PENSAMENTO DE VEBLEN E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Rafael Medeiros Correia
Oz Solon Chovghi Iazdi

Resumo: O artigo busca construir um contraponto trilateral entre as tipologias de Estado de bem-estar social, o método democrático de Schumpeter e o pensamento de Veblen. Após a apresentação detalhada desses três eixos temáticos tendo como cenário a democracia "schumpeteriana", que em resumo é similar a um "mercado" caracterizando-se pela disputa de votos, e os mecanismos sociais elaborados por Veblen (classe ociosa, emulação, interesses escusos e sabotagem), foram feitas suas conexões com as tipologias de Estado de bem-estar social apresentadas por Fiori (1997). Essas conexões apontam para o Estado de bem-estar social do tipo conservador e corporativista sinalizando uma tendência do método democrático de Schumpeter em promover, por meio das políticas públicas, a manutenção dos hábitos predatórios da classe ociosa e a desigualdade social.

Palavras-chave: economia institucional; democracia; desigualdade; bem-estar social.

1 - Introdução

Há muito vem sendo discutidas as intersecções e diferenças das contribuições de Joseph Schumpeter e Thorstein Veblen enquanto teóricos centrais das correntes evolucionária e institucionalista do pensamento econômico. Os estudos que buscam traçar essas relações geralmente se focam em três quadros analíticos: primeiro, na investigação do sentido do termo "evolucionismo" e sua inserção na história do pensamento econômico (Hodgson, 1994; Conceição, 2007; Peres e Azevedo, 2018; Bögenhold et al., 2021); segundo, no entendimento da concepção de indivíduo e, em particular, do papel do empresário enquanto protagonista da dinâmica econômica (Ferrarotti, 1999; Cruz, 2011); terceiro, no foco sobre a importância da tecnologia e da inovação no processo de mudança e desenvolvimento econômico (Gürkan, 2005; Raines e Leathers, 2008; Aguiar, 2012; Castelli e Conceição, 2014; Lopes, 2015; 2016).

No entanto, a contribuição de Schumpeter e Veblen vai para além desses recortes temáticos, principalmente no que diz respeito à configuração da sociedade em diferentes classes, grupos e processos políticos. Especialmente em "Capitalismo, Socialismo e Democracia", obra lançada originalmente em 1943, Schumpeter apresentou sua definição de democracia. Segundo o autor: "A democracia é um método político, quer dizer, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar às decisões políticas, não sendo um fim em si mesma, independente das decisões que produz em determinadas condições históricas." (Schumpeter, 2016, p.363).

A partir dessa visão, Schumpeter busca desmistificar o que ele denomina de "teoria clássica da democracia", definida pelo jargão do "governo pelo povo" e apoiada em uma filosofia fundamentalmente racionalista, hedonista e individualista. A teoria da democracia introduzida pelo autor ressalta a competição por votos como um elemento central na construção do governo por meio de um eleitorado. No entanto, o autor reconhece que o "mercado" de votos não é perfeitamente competitivo. Alguns indivíduos ou grupos possuem maior poder de influenciar os eleitores e angariar votos.

Essa distorção, a um primeiro olhar, insere um elemento de desequilíbrio sobre o processo democrático e suscita questões relacionadas à estratificação social, visto que indivíduos pertencentes a classes sociais com maior poder econômico ou político possuem maior probabilidade de serem eleitos e, assim, manter uma rigidez no estado das coisas. Isso pode implicar um engessamento de decisões que buscam a construção de um Estado de bem-estar social mais inclusivo. Neste sentido, o pensamento de Veblen parece fornecer alguns elementos analíticos capazes de complementar ou até mesmo contradizer a concepção de democracia de Schumpeter. Os elementos analíticos elaborados por Veblen, são: classe ociosa, emulação, consumo conspícuo, sabotagem e interesses escusos. Frente a estes elementos analíticos e o método democrático de Schumpeter, apresentamos a ideia das tipologias de estado de bem-estar social e como esses três eixos temáticos podem dialogar e corroborar a hipótese do engessamento social proporcionado pelo método democrático de Schumpeter.

A rigidez socioeconômica à qual está arregimentado o sistema democrático insere desafios à efetivação de um Estado de Bem-Estar Social e à busca por uma justiça social em seu sentido moderno, ou seja, a garantia – justificada racionalmente - dada pelo Estado a todos os indivíduos em relação ao fornecimento de uma parcela de bens materiais que são entendidos como direitos que merecem ser amplamente respeitados

(Fleischacker, 2006). E, ainda que a noção de Estado de Bem-Estar Social tenha se alterado ao longo do tempo (Nogueira, 2001) e esteja incorporada em um esquema de tipologias (Fiori, 1997), faz-se necessário compreender como o método democrático de Schumpeter e o pensamento de Veblen dialogam para fornecer possibilidades e desafios à provisão desse bem-estar geral a toda uma comunidade.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar a contribuição e as especificidades de Schumpeter sobre a democracia e, em seguida, averiguar em que medida as contribuições de Veblen vão ao encontro ou se contrapõe à teoria do Schumpeter sobre a democracia para a construção de um Estado de bem-estar social.

Para além desta introdução, o artigo conta com mais 5 seções. A seção 2 apresenta alguns conceitos de democracia, destacando as particularidades do método democrático de Schumpeter. A seção 3 aborda o pensamento de Veblen com enfoque para a teoria da classe ociosa. A seção 4 apresenta algumas tipologias de Estado de bem-estar social. A seção 5 constrói um diálogo trilateral entre as ideias expostas nas seções 2, 3 e 4. Por fim, a seção 6 conclui o artigo.

2 – Método democrático de Schumpeter e outras definições

Joseph Schumpeter, economista e cientista político austríaco-americano, apresentou seu conceito de democracia na obra "Capitalismo, Socialismo e Democracia", publicada em 1943. A concepção de democracia Schumpeteriana é enquadrada como "elitismo democrático" como ressalta Avritzer (2000). Seu método democrático aponta para uma organização similar a um mercado no qual os candidatos disputam pelos votos disponíveis na sociedade. Sua perspectiva parte da compreensão clássica de democracia e oferece um ponto de vista distinto sobre como a democracia opera e funciona. (Schumpeter, 2016)

A definição clássica de democracia remonta à Grécia antiga, particularmente à Atenas. Em sua forma mais pura, a democracia era entendida como um sistema onde todos os cidadãos tinham uma palavra direta na tomada de decisões e na governança. Os cidadãos se reuniam em assembleias para debater e votar políticas e leis. Esse modelo de

democracia direta limitava-se a um pequeno grupo de cidadãos homens livres, excluindo mulheres, escravos e não cidadãos do processo decisório. (Baptista, 2014)

Essa visão estabelece que a finalidade do Estado é buscar a maior felicidade para o maior número de pessoas e que isso deve ser feito através de uma autonomia ética do indivíduo, competindo ao Estado educá-los e deixá-los votar livremente. Assim, essa teoria clássica estabelece um método democrático que é:

> (...) o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo com que o próprio povo decida as questões mediante a eleição de indivíduos que se reúnem para lhe satisfazer a vontade. (...) Sustenta-se, pois, que existe um bem comum, o óbvio farol orientador da política, que sempre é fácil de definir e pode ser percebido por toda pessoa normal por meio da argumentação racional. (...) Portanto, como todo o mundo tem de estar de acordo, pelo menos em princípio, também há uma vontade comum do povo (= vontade de todos os indivíduos sensatos) que coincide exatamente com o bem comum, o interesse comum ou o bem-estar comum. (Schumpeter, 2016, p.376)

A democracia representativa, também conhecida como democracia indireta, é a forma predominante de democracia na maioria das nações modernas. Nas democracias representativas, os cidadãos elegem representantes para tomar decisões e aprovar leis em seu nome. Esses funcionários eleitos são responsabilizados perante o eleitorado e devem representar os interesses e preferências de seus eleitores. Essa concepção tem sua origem em pensadores como Jean-Jacques Rousseau, John Locke, Thomas Hobbes e Max Weber, apresentando o que, segundo Arvrtizer (2000), seria a uma concepção decisionística de deliberação.

A democracia participativa enfatiza o envolvimento ativo dos cidadãos no processo decisório. Busca capacitar os cidadãos comuns a se envolverem diretamente na formulação, implementação e avaliação de políticas. A democracia participativa, geralmente, envolve mecanismos como assembleias de cidadãos, orçamento participativo e referendos para permitir que os cidadãos tenham um impacto mais direto na governança (Bonavides, 2001). Segundo Bonavides (2001) a democracia participativa vem para salvar o povo da democracia representativa e combater a conspiração desagregadora do neoliberalismo.

O conceito de democracia de Schumpeter (2016) gira em torno da ideia de que, nas sociedades modernas e de grande escala, a democracia direta é impraticável devido à complexidade das questões e ao grande número de cidadãos. Em vez disso, ele argumentou que as democracias do mundo real operam como "elites competitivas" ou

"empreendedores políticos". Segundo Schumpeter (2016), a democracia não se trata da participação direta das massas, mas de um método de seleção e substituição de líderes políticos.

A competição democrática é semelhante a um mercado, onde líderes políticos (elites) competem pela aprovação e votos do eleitorado (massas). Os cidadãos participam, principalmente, escolhendo entre líderes e partidos concorrentes durante as eleições. Essa competição eleitoral é o que impulsiona o funcionamento da democracia (Schumpeter, 2016).

O modelo de Schumpeter (2016) vê o papel dos cidadãos na democracia como limitado ao voto e à escolha periódica entre elites políticas concorrentes. Ele não acreditava que o cidadão médio estivesse bem-informado ou politicamente engajado o suficiente para desempenhar um papel ativo na formulação de políticas, assim defendendo uma espécie de personalidade e perfil qualificado para a vida pública. O autor vê problemas nessa doutrina clássica da democracia, pois nega a existência de um bem comum único que possa ser alcançado por meio de uma argumentação racional e afirma que, mesmo que se assumisse a existência desse bem comum, isso não pressuporia respostas igualmente definidas aos problemas individuais (por exemplo, todos poderiam concordar em construir um bom sistema de saúde, mas discordar na forma de fazer isso).

Consequentemente, Schumpeter nega ser possível falar em uma “vontade do povo”, argumentando que, para que esse seja um fator político digno de respeito, é necessário que essa vontade exista e que não represente apenas “um punhado indeterminado de vagos impulsos a girarem frouxamente em torno a slogans dados e impressões equivocadas” (Schumpeter, 2016, p.381). Adicionalmente, também não crê na possibilidade de plena racionalidade dos indivíduos no que diz respeito às deliberações políticas, visto que suas preferências, inclinações e vontades sofrem influências externas, de modo que “a vontade do povo é o produto do processo político, não sua força motriz” (Schumpeter, 2016, p.393).

Em resposta a esses problemas, Schumpeter (2016, p.405) introduz uma outra definição de democracia, assim descrita: “o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. E ainda: “O princípio da democracia significa então simplesmente que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que

contam com mais apoio do que qualquer um dos indivíduos ou equipes que participam da competição". (Schumpeter, 2016, p.409).

Nessa nova concepção, Schumpeter dá protagonismo a uma competição de indivíduos pela liderança política, que permitirá construir um governo em suas diferentes esferas (e.g. local/nacional, legislativo/executivo) a fim de tomar decisões práticas. Ele afirma que, assim como a concorrência na esfera econômica pode ser tolhida por poderes de mercado assimétricos, o mesmo ocorre na competição dos indivíduos pelos votos da população, o que resulta em diferentes tipos de democracia.

Para Schumpeter (2016) a "pureza" do processo democrático e da competição das ideias não é tão clara ou justa:

> O que se deve dizer é que alguns desvios do princípio da democracia estão vinculados à presença de interesses capitalistas organizados. Mas, assim corrigida, a afirmação é verdadeira tanto do ponto de vista da teoria clássica quanto do ponto de vista da nossa teoria da democracia. Do primeiro ponto de vista, o resultado significa que os meios à disposição dos interesses privados são usados frequentemente para frustrar a vontade do povo. Do segundo ponto de vista, o resultado significa que esses recursos privados são usados amiúde para interferir no funcionamento do mecanismo da liderança competitiva. (Schumpeter, 2016 p.410)

Em resumo, o conceito de democracia de Schumpeter (2016) difere do modelo clássico de democracia direta e se diferencia marginalmente da democracia representativa e consideravelmente da participativa. Embora reconheça a importância das eleições, coloca mais ênfase no papel das elites políticas e na competição entre elas como força motriz da governança democrática. Avritzer (2000) aponta que, assim como Max Weber e Anthony Downs, Schumpeter não crê em um modelo democrático que leve em consideração as diferenças culturais e a ruptura de ideias por meio de formas públicas de discussão e argumentação, reforçando, assim, um modelo democrático de decisionismo deliberativo, aproximando seu método democrático ao modelo representativo.

3 – Teoria da classe ociosa

Thorstein Veblen, economista e sociólogo americano, fez contribuições significativas para a compreensão da economia, sociedade e política. Suas ideias sobre

emulação, interesses escusos, sabotagem e a classe ociosa fornecem informações valiosas sobre a dinâmica de uma organização política democrática.

Em sua obra A Teoria da Classe Ociosa[1], Veblen (2018) sustenta que, conforme a sociedade passa de uma estrutura pacífica para uma estrutura predatória e, posteriormente, pecuniária, que vê o trabalho como algo essencialmente depreciativo, consolida-se uma classe ociosa que, por costume, fica isenta e excluída das ocupações industriais, empregando-se em atividades em que algum grau de honra se faz presente, como os cargos políticos.

Nesse sentido, também começa a se erigir uma tradição que ganha consistência com o tempo e que confere respeito ao homem que desenvolve atividades exploratórias, ou seja, atividades que envolvem proeza, força ou fraude, como a destruição de competidores na instância econômica (e por que não na política?), que passam a ser vistas como credenciadas pela comunidade. É essa mesma classe ociosa que conduz o processo de acumulação e aquisição de propriedade a fim de obter estima e reputação na sociedade, estabelecendo, com isso, um processo de emulação pecuniária por toda a sociedade (Veblen, 2018).

O resultado desse processo instituído no capitalismo é que os membros de cada estrato social aceitam o esquema de vida em voga no extrato imediatamente superior, como um ideal de decência que deve ser buscado. Consequentemente, leva muito tempo para que qualquer mudança permeie as massas e mude a atitude habitual das pessoas (Veblen, 2018). Assim, se as posições honoríficas - como são as posições políticas - são amplamente compostas por indivíduos que fazem parte da classe ociosa e que não buscam modificações sensíveis na condução das políticas públicas e nos hábitos de pensamento e comportamento socialmente compartilhados, é de se esperar que o entendimento schumpeteriano da democracia como um processo de competição pela liderança política esteja alicerçado sobre uma estrutura social rígida e sem muito espaço para mudanças.

Veblen (2018) analisou a classe ociosa, que ele via como a elite rica e não produtiva, cujo status e prestígio eram derivados do consumo conspícuo em vez do trabalho produtivo. Para se manter na classe ociosa é exigido do indivíduo um comportamento similar ao dos homens de sucesso do que Veblen chama de período bárbaro da civilização.

---

[1] O título original da versão utilizada é “A Teoria da Classe do Lazer” pois se trata de uma obra publicada originalmente em Portugal.

Ou seja, um comportamento “frio”, afastado de valores como a fraternidade, equidade e similares. Em uma organização política democrática, a existência de uma classe ociosa pode ter implicações para a desigualdade de renda e coesão social.

O conceito de emulação, por sua vez, refere-se à tendência dos indivíduos de imitar os comportamentos e estilos de vida daqueles nas classes sociais mais altas. Em uma organização política democrática, o princípio da emulação pode ter efeitos positivos e negativos. Do lado positivo, pode promover um sentimento de mobilidade ascendente e aspiração entre os cidadãos, conduzindo ao progresso social e a um impulso para a melhoria material. No entanto, há o risco de que a emulação do consumo conspícuo possa levar ao consumismo excessivo e uma formação de preferências que leve ao endividamento das classes mais baixas, pois o indivíduo pertencente a classe ociosa, ao fazer a aquisição de bens de luxo, pode levar um operário que não está nessa “casta” a despender suas economias para emular esse padrão de consumo. Porém, para o membro da classe ociosa, adquirir o bem de luxo não envolve um grande sacrifício material. Já para o operário, o custo para se obter esse bem de luxo é proporcionalmente maior perante o saldo de suas economias (Veblen, 2018).

Em um modelo de sociedade democrática, isso pode se tornar uma preocupação, pois pode exacerbar as divisões entre diferentes grupos socioeconômicos. Para o modelo de democracia, abordar essas questões por meio de políticas que promovam a mobilidade social, a igualdade de oportunidades, uma distribuição mais equitativa da riqueza e a atualização das instituições e hábitos com caráter predatório pode ser positivo.

Já a noção de interesses escusos proposta por Veblen (2018), refere-se aos grupos ou indivíduos que se beneficiam da ordem econômica e social vigente e podem resistir a mudanças que possam ameaçar seus privilégios ou poder. Dentro de uma organização política democrática, interesses escusos podem representar um desafio para a implementação de políticas que visem o bem comum ou o progresso social.

Esse grupo de pessoas que exerce seus interesses escusos pode usar sua influência e recursos para fazer *lobby* por políticas que sirvam principalmente a sua própria vantagem, potencialmente minando o processo democrático de tomada de decisão. Como apresentado na seção anterior, Schumpeter ressalta, sem fazer referência a esse conceito de Veblen, a influência que os interesses capitalistas organizados podem exercer dentro do processo democrático. Para manter um sistema democrático saudável, deve haver

mecanismos para evitar influências indevidas, como transparência no financiamento político, regulamentações robustas de conflito de interesses e um Judiciário forte e independente.

Por conseguinte, a ideia de sabotagem de Veblen (2018) diz respeito a ações ou comportamentos que prejudicam o funcionamento eficiente de uma sociedade ou economia. Esse conceito pode ser relevante no contexto de uma organização política democrática, pois certos atores podem intencionalmente obstruir iniciativas políticas ou processos políticos por razões ideológicas, pessoais ou partidárias. Veblen, em sua obra *The Theory of Business Enteprise* (1978), aponta que as instituições modernas se firmam sobre os princípios de negócios e interesses pecuniários, desde a política, a justiça, o poder militar, até o serviço diplomático. Para além disso, enfatiza que um governo constitucional é um governo de negócios, passando do interesse de reis e príncipes para a consecução dos interesses dos homens de negócios. E é vendido à sociedade que os interesses dos negócios são os mesmos que o interesse do povo.

Olhando por essa ótica em um sistema democrático, freios e contrapesos são essenciais para evitar que a sabotagem atrapalhe o progresso. Uma mídia robusta e independente, uma cidadania informada e engajada e uma separação entre os diferentes poderes do governo podem ajudar a mitigar o impacto da sabotagem na governança democrática.

Aprofundando o pensamento de Thorstein Veblen, em sua obra *The Vested Interests and the Common Man* (1919), o autor apresenta que o ponto de vista é um hábito que evolui conforme a exposição de experiencias históricas em determinado tempo e determinado grupo que levam a predominância de um determinado hábito e estado de espírito. Dentro desse espectro, em sua análise, os povos de língua francesa e inglesa são tidos como centros difusores e solidificados do ponto de vista moderno em 1919 influenciado por valores ligados a cristandade e a pensadores como John Locke, Montesquieu, Blackstone e Adam Smith.

O ponto de vista moderno é norteado pelos princípios consagrados pelo tempo de autodireção individual, igualdade de oportunidades, segurança de rendimentos e pertences, livre contrato e autoajuda. Assim, sendo esses um dos cânones da decência, o autor aponta para uma ruptura desses princípios frente ao direito adquirido da propriedade (Veblen, 1919). Como evidência a seguinte passagem: "*Circumstances have changed to*

such effect that provisions which were once framed to uphold a system of neighborly good-will have now begun to run counter to one another and are working mischief to the common good." (Veblen, 1919, p. 8). Para além, esse exemplo da dinâmica social a que se propõe Veblen também expõem uma relação com o direito ao voto, onde os ideais que são apresentados para se eleger sofrem uma ruptura frente às políticas públicas que realmente são implementadas, evidenciando o uso do *establishment* nacional para manutenção e favorecimento dos direitos adquiridos das atividades comerciais e de investimento. Como apresentado:

> *Representative government means, chiefly, representation of business interests. The government commonly works in the interest of the business men with a fairly consistent singleness of purpose. […] [M]odern politics is business politics…. This is true both of foreign and domestic policy. Legislation, police surveillance, the administration of justice, the military and diplomatic service, all are chiefly concerned with business relations, pecuniary interests, and they have little more than an incidental bearing on other human interests.* (Veblen [1904] 1965, p.286, p.269)

Em conclusão, os conceitos de Veblen (2018) oferecem *insights* valiosos sobre o funcionamento de uma organização política democrática. Para garantir que essas contribuições se alinhem positivamente com os princípios democráticos, uma democracia que funcione bem segundo os moldes da democracia participativa buscaria abordar questões relacionadas à desigualdade, aos interesses escusos e à influência das elites econômicas. As instituições democráticas, a participação pública e as políticas voltadas para a promoção do bem comum são elementos importantes para uma possível organização política democrática bem-sucedida diante desses desafios.

4 – Tipologias de Estado de bem-estar social

Para melhor avaliar o diálogo entre o método democrático de Schumpeter e o pensamento de Veblen para um estado de bem-estar social, busca-se em Fiori (1997) o debate acerca da evolução do que se conhece por "Estado de bem-estar social" e as condições que possibilitaram a sua implantação nas suas diferentes formas. Além dessas

informações, o autor apresenta um esquema de tipologias e, a partir desse esquema, é possível construir um contraponto trilateral entre a democracia schumpeteriana, os elementos analíticos veblenianos e a estrutura do Estado de Bem-Estar Social.

Fiori (1997) apresenta dois grupos de tipologias: o primeiro, baseado nas contribuições de Titmus e depois de Ascoli, no qual é possível diferenciar o "modelo padrão meritocrático-particularista corporativo", o "modelo padrão meritocrático-particularista clientelístico" e o "modelo padrão institucional-redistributivo"; o segundo, baseia-se na tipologia proposta por Esping-Andersen, contendo o "Estado de bem-estar liberal", o "Estado de bem-estar conservador e corporativista" e os "regimes sociais-democratas".

Em relação ao primeiro grupo, no modelo ou padrão meritocrático-particularista, a política social intervém apenas para corrigir a ação do mercado, apresentando um sistema de *Welfare* complementar às instituições de mercado (Fiori 1997). A seguinte passagem define o "modelo padrão meritocrático-particularista corporativo" e o "modelo padrão meritocrático-particularista clientelístico":

> "Mais tarde, Ugo Ascoli (1984) tentou aumentar a precisão deste modelo, diferenciando dois subtipos seus: o "corporativo", no qual o peso dos sindicatos e corporações na delimitação e distribuição dos benefícios e maior do que no "clientelístico" onde o peso maior se desloca para o sistema partidário e se submete mais diretamente aos ciclos político-eleitorais" (Fiori, 1997, p.7)

Passando por essas tipologias de Estado de bem-estar social, ainda nos resta abordar o "modelo padrão institucional-redistributivo". Segundo Fiori (1997, p. 8), esse modelo "é voltado para a produção e distribuição de bens e serviços "extramercado" os quais são garantidos a todos os cidadãos universalmente cobertos e protegidos."

Na sequência, o Quadro 1 apresenta o segundo grupo de tipologia, baseado nos estudos de Esping-Andersen.

Quadro 1. Tipologia proposta por Esping-Andersen.

Estado de bem-estar social liberal	**Estado de bem-estar social conservador e corporativistas**	**Estado de bem-estar social-democratas**
Predomina a assistência aos comprovadamente pobres;	Predomina a preservação das diferenças de status;	Predomina o universalismo e a desmercantilização atingem em grande escala a classe média;
Transferências universais ou planos modestos de previdência social reduzidos;	Os direitos aparecem ligados a classe e aos status;	Todos os segmentos sociais são incorporados a um sistema universal de seguros;
Regras para habilitação aos benefícios são estritas.	Baixo impacto em termos de redistribuição.	Todos são simultaneamente beneficiados, dependentes e, a princípio, pagadores.

Fonte: (Fiori, 1997) adaptado pelo autor.

Dentro das tipologias expostas no quadro 1, temos a segregação entre 3 modelos. O primeiro modelo é o "Estado de bem-estar social liberal" tendo como característica a redução do assistencialismo e abrangência estrita aos comprovadamente pobres. Diferentemente dele, o segundo modelo, denominado de "Estado de bem-estar social conservador e corporativistas", tem como característica a preservação das diferenças de status e um baixo impacto na redistribuição de renda. Esse se distingue do primeiro modelo pois usa seu poder de influência para perpetuar a desigualdade enquanto o primeiro ainda volta seu olhar às classes mais necessitadas. Já o terceiro modelo é o "Estado de bem-estar social-democratas", caracterizado pelo benefício simultâneo aos "dependentes" e aos "financiadores", incorporando todos os segmentos sociais a um sistema universal de seguros. Este terceiro modelo se diferencia fortemente do segundo e do primeiro, pois busca a equidade social, não apenas a assistência para o segmento social mais pobre como no primeiro ou a reserva dos direitos sociais ao status e à posição social favorecida, como no segundo.

Para além, exemplificaremos a relação dos Estados de bem-estar social com os instrumentos analíticos de Veblen através do New Deal. Segundo Henry (2018) o programa de ajuda estatal (New Deal) era limitado/moldado para manutenção dos interesses/direitos adquiridos da classe ociosa. Assim, enxergava a democracia liberal e o poder de ditar as políticas públicas como instrumento de manutenção dos interesses instalados em consonância com o pensamento de Veblen. Em seu artigo menciona a natureza das políticas enviesadas para a manutenção dos interesses adquiridos da atuação nos programas Civilian Conservation Corps (CCC), Civil Works Administration (CWA) e Work Project Administration (WPA).

Postas essas ideias e tipologias, em síntese, elas nos permitirão ter uma caracterização de modelos de Estado de bem-estar social para que ao analisarmos a relação entre a democracia "schumpeteriana" e o pensamento de Veblen possamos enquadrar o que essas duas linhas de pensamento podem resultar em termos de políticas de Estado de bem-estar social.

5 – Conexões entre Schumpeter e Veblen a partir das tipologias de Estado de bem-estar social

A concepção de democracia de Schumpeter (2016) e as contribuições de Veblen (1978; 2018) podem interagir de várias maneiras para permitir a construção de um Estado de bem-estar social. Um Estado de bem-estar social normalmente é caracterizado por políticas e programas que buscam garantir o bem-estar econômico e social dos cidadãos, proporcionando uma rede de proteção social e reduzindo a desigualdade (Nogueira, 2001). Porém, como ressalta Fiori (1997), essa formulação do estado de bem-estar social está alicerçada nas diferentes realidades culturais, políticas e econômicas dos diferentes países. Vejamos como esses elementos se conectam nesse contexto.

A concepção de democracia de Schumpeter (2016) destaca a competição entre elites políticas por meio de eleições. Essa competição pode levar à apresentação de diversas propostas e ideias para a melhoria da sociedade. A participação democrática permite que os cidadãos expressem suas preferências e demandas, influenciando a agenda política e as políticas públicas a serem implementadas. Porém, quando essa definição da

competição de ideias é posta em consonância com a teoria da emulação proposta por Veblen (2018), pode-se dizer que há uma tendência para que essa disputa por ideias perpetue os vícios e hábitos da classe ociosa ou predatória, diminuindo o caráter de disputa plural de ideias proposto pelo método democrático de Schumpeter (2016).

As contribuições de Veblen (2018) sobre interesses escusos ressaltam a importância de evitar a influência excessiva de grupos privilegiados na tomada de decisões democráticas. No contexto do Estado de bem-estar social, a ação que os interesses das elites econômicas podem dar ao processo político de disputas por votos proposto por Schumpeter podem levar a um Estado de bem-estar social conservador e fortemente corporativistas. Assim, pode levar a impedimentos para a implementação de políticas que promovam a equidade e a garantia de direitos coletivos.

A noção de sabotagem de Veblen (2018) destaca os desafios para a implementação efetiva de políticas sociais. Nesse sentido, é importante garantir que as políticas de bem-estar social não sejam obstruídas por interesses contrários ou por ações de sabotagem. Através de uma democracia mais próxima do modelo participativo, com instituições fortes e transparentes, é possível enfrentar a sabotagem e garantir a implementação das políticas de bem-estar social similares a tipologia de "regimes social-democratas".

Veblen (2018) aborda a desigualdade de renda e poder na sociedade. Para construir um Estado de bem-estar social efetivo, é fundamental implementar políticas que visem à redução da desigualdade e à promoção da inclusão social. Isso pode incluir programas de assistência social, educação acessível e de qualidade, serviços de saúde, habitação subsidiada, e outras medidas que ajudem a melhorar as condições de vida das camadas mais vulneráveis da população.

Em síntese, a interação entre a concepção de democracia de Schumpeter e as contribuições de Veblen a partir das tipologias de Estado de bem-estar social apresentadas evidencia uma possível perpetuação de hábitos e instituições com caráter predatório que pode proporcionar uma barreira para a construção de um Estado de bem-estar social aos moldes dos "Estado de bem-estar social-democratas". A competição democrática de ideias, aliada à emulação pecuniária, aos interesses escusos e à sabotagem, tenderia a apresentar, dentro do quadro de políticos representantes, ideais tidos como honoríficos que levariam a solidificar a adoção de um Estado de Bem-Estar do tipo meritocrático ou conservador, justamente porque esses mecanismos identificados por Veblen tendem a

bloquear mudanças sociais mais profundas que levariam, por exemplo, à redução da desigualdade e os problemas inerentes à reprodução dos hábitos da classe ociosa.

6 – Conclusão

O artigo apresentou a definição do método democrático de Schumpeter assim como indicativos, em sua obra, a respeito do próprio afastamento do método para com a definição "pura" de democracia (Governo pelo povo). Introduziu-se também a definição da democracia clássica, representativa e participativa com a finalidade comparativa frente à democracia schumpeteriana, evidenciando uma elevada diferenciação desta em relação à primeira e à terceira e marginalmente em relação à segunda.

Além disso, apresentou-se alguns conceitos essenciais elaborados por Veblen: classe ociosa, emulação, consumo conspícuo, sabotagem e interesses escusos. Frente a esses mecanismos sociais e ao método democrático, introduziu-se a ideia das tipologias de estado de bem-estar social e como esses três eixos temáticos podem dialogar.

Em conclusão, aponta-se para um possível engessamento socioeconômico em um cenário no qual o método democrático apresentado por Schumpeter, caracterizado pela similaridade a um "mercado" de disputa por votos, é defrontado com os mecanismos sociais apresentados por Veblen, como a classe ociosa e a emulação, e o esquema de tipologias de estado de bem-estar social, no qual aspectos culturais, políticos e econômicos particulares de cada nação podem moldar a concepção desse Estado de bem-estar, podendo levar a uma aceitação e replicação social da desigualdade. Construindo o diálogo entre o método democrático de Schumpeter e o pensamento de Veblen para um estado de bem-estar social, esses três eixos levam a crer em um Estado de bem-estar social conservador e corporativista no qual tenderia a bloquear mudanças como a redução da desigualdade.

7- Referências Bibliográficas

AGUIAR, T. D. C. A Relação Entre Reformas Institucionais e Inovação Tecnológica no Desenvolvimento Econômico. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AVRITZER, L. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 25-46, 2000.

BAPTISTA, Conrado Luciano Revista Filosofia Capital – RFC ISSN 1982-6613, Brasília, v. 9(16): 06-18, 2014.

BÖGENHOLD, D.; MICHAELIDES, P. G.; PAPAGERGIOU, T. Schumpeter, Veblen, and Bourdieu on Institutions and the Formation of Habits. Em: Neglected Links in Economics and Society, D. BÖGENHOLD (Ed.). Palgrave MacMillan, 2021.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa - ISBN 85-7420-279-7 São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2001

CASTELLI, J. R.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, Mudança Tecnológica e Crescimento Econômico: Uma Aproximação das Escolas Neo-Schumpeteriana e Institucionalista. Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, 2014.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas Com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. EconomiA, v.7(3): 621-642, 2007.

CRUZ, M. VEBLEN. Marx e Schumpeter. Quando os Economistas Chegarão ao Século XX? OIKOS, v.10(2): 287-293, 2011.

FERRAROTTI, F. The Businessman as Protagonist in Veblen and Schumpeter. International Journal of Politics, v.13(2): 241-248, 1999.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v.7(2): 129-147, 1997.

FLEISCHACKER, S. Uma Breve História da Justiça Distributiva. Martins Fontes, 2006.

GÜRKAN, C. Veblen, Schumpeter and Technology. Working Paper, 2005.

HENRY, J. Reflections on the New Deal: The Vested Interests, Limits to Reform, and the Meaning of Liberal Democracy. Levy Economics Institute P.O. Box 5000 Annandale-on-Hudson, NY 12504-5000, 2018.

HODGSON, G. Precursors of Modern Evolutionary Economics: Marx, Marshall, Veblen, and Schumpeter. Em: Evolutionary Concepts in Contemporary Economics, R. England (Ed.). The University Michigan Press, 1994.

LOPES, H. C. O Desenvolvimento Econômico: Uma Proposta de Abordagem Teórica Evolucionária e Institucionalista. Estudos Econômicos, 45(2): 377-400, 2015.

LOPES, H. C. O Novo Desenvolvimentismo: Uma Contribuição Institucionalista. Revista de Economia Política, v.36(4): 807-826, 2016.

NOGUEIRA, V. M. Estado de Bem-Estar Social: Origens e Desenvolvimento. Katálysis, v.5: 89-103, 2001.

PERES, S. C.; AZEVEDO, L. F. O Evolucionismo na Economia e o Resgate do “Antigo” Institucionalismo de Veblen. A Economia em Revista, v.26(2): 69-82, 2018.

RAINES, J. P.; LEATHERS, C. G. Debt, Inovations, and Deflation: The Theories of Veblen, Fisher, Schumpeter, and Minsky. Edward Elgar Publishing, 2008.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Editora Unesp, 2016.

VEBLEN, T. A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Económico das Instituições. Sede: Rua Fernandes Tomás, 76-80, 3000-167 Coimbra. Conjuntura Actual Editora, uma chancela de Edições Almedina. Setembro 2018

VEBLEN, T. The Theory of Business Enterprise. New York: Augustus M. Kelly. (1904) 1965.

VEBLEN, T. The Theory of Business Enterprise. Routledge, 1978.

VEBLEN, T. The Vested interest and the common man. 1919.